

# ANAIIS

XV Colóquio Habermas e

VI Colóquio de Filosofia da Informação

Reconhecimento do outro e Estado de direito



90 anos de nascimento  
Jürgen Habermas

CLÓVIS RICARDO MONTENEGRO DE LIMA (ORG.)

**ANAIS**  
**XV COLÓQUIO HABERMAS**  
**E**  
**VI COLÓQUIO DE FILOSOFIA**  
**DA INFORMAÇÃO**

**Reconhecimento do outro e**  
**Estado de direito**

Rio de Janeiro

**SALUTE**

2019



Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br> ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

C719c

Colóquio Habermas e VI Colóquio Filosofia da Informação (15.: 2019: Rio de Janeiro).

Anais do 15º Colóquio Habermas e 6º Colóquio de Filosofia da Informação / 15º Colóquio Habermas e 6º Colóquio de Filosofia da Informação, 17-19 setembro 2019, Rio de Janeiro, Brasil; organizado por Clóvis Ricardo Montenegro de Lima. Rio de Janeiro: Salute, 2019.

340 p.

ISBN: 978-85-68478-12-7

1. Habermas, Jurgen. I. Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de, Org.  
II. Título.

CDD 193 (22. ed.)

Ficha catalográfica elaborada por Andreza dos Santos CRB14/866

Formatação: Andreza dos Santos  
Capa: Tirza Cardoso

## PREFÁCIO

O XV Colóquio Habermas foi a nona edição do evento organizado pelo grupo de pesquisa Filosofia e política da informação do IBICT desde 2010. A partir de 2014 acontece simultaneamente o Colóquio de Filosofia da informação.

Estes Colóquios tem sido um espaço público de encontro e discussão da teoria crítica, particularmente o pensamento de Jürgen Habermas, e da filosofia da informação. Tem sido um lugar de amizade, conversa e pensamento crítico. É sua missão, e tem sido o seu resultado.

Estes Colóquios só acontecem pela parceria de muitos, e com o apoio da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da informação. Os parceiros estão em Pelotas, Porto Alegre, Florianópolis, Londrina, Rio de Janeiro, Niterói, Salvador, Maceió, João Pessoa, Belém, entre outras cidades. Somos brasileiros.

Estamos em muitas instituições: UFPel, UFRGS, PUC- RS, UFSC, UEL, IBICT, UNIRIO, UFRJ, UERJ, UFF, UFBA, UFAL, UFPB. Não fazemos “balbúrdia”, nós exercitamos a crítica para construir um Brasil melhor e justo.

Esta 15ª. Edição foi um encontro alegre para celebrar os 90 anos de nascimento do filósofo alemão. O tema geral do reconhecimento do outro foi especialmente importante pelo ar do tempo em que estamos vivendo, de isolamento identitário, de interdição a interação mediada pela linguagem, de intolerância e de violência.

Os Colóquios foram realizados através do esforço independente de seus participantes, pois as portas das agências de fomento ficaram mais estreitas com os cortes de gastos públicos com a Educação, a Cultura, a Ciência e a Tecnologia. É um tempo de obscuridade, em que a própria racionalidade científica tem sido questionada como fundamento das políticas públicas.

O espaço público autônomo dos Colóquios tem resultado na publicação anual dos seus Anais. São mais de 300 artigos originais publicados em acesso aberto, gratuito, para aumentar a interlocução com pesquisadores e estudantes. Agora estamos apresentando mais uma edição.

Esta publicação é a reafirmação do compromisso dos participantes destes Colóquios com a democracia e com as liberdades de pensamento e de expressão. Queremos assim nos somar a todos os defensores do Estado de direito, que não aceitam a redução de direitos sociais e valorizam a liberdade.

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2019.

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima.

# APRESENTAÇÃO

## 90 ANOS DO NASCIMENTO DE JURGEN HABERMAS

As demandas por reconhecimento são uma presença constante no cenário das lutas sociais por um tratamento mais igualitário nas sociedades liberais e democráticas contemporâneas. A publicação de *A política do reconhecimento* de Charles Taylor deu um impulso forte no incremento a respeito da relação entre o Estado de direito democrático e as lutas por reconhecimento de grupos minoritários da sociedade. Taylor parece comprometido com a criação de alguma categoria nova de direitos para atender as exigências das minorias culturais. Algum tempo depois Axel Honneth e Nancy Fraser redigiram um livro em coautoria *Redistribuição ou Reconhecimento*. Um debate filosófico, em que Honneth defende um tipo de monismo normativo em que o conceito de reconhecimento ocupa um lugar central, uma vez que consiste na base moral de todas as exigências sociais em diferentes esferas (amor, direito e solidariedade) e Fraser defende uma visão normativa dualista, em que os conceitos de reconhecimento e redistribuição ocupam um papel central. Fraser entende que todas as exigências dos grupos sociais nos conflitos por condições mais igualitárias envolvem aspectos relacionados com reconhecimento de identidades culturais e aspectos relacionados com redistribuição de recursos. Esta distinção não deixa de lembrar a distinção entre trabalho e interação desenvolvida por Habermas em suas primeiras obras, em que ele contra o monismo redistributivo marxista desenvolve uma visão dualista, a qual inclui aspectos materiais e simbólicos como indispensáveis a uma compreensão adequada da dinâmica social. Além do mais, Habermas como um membro da teoria crítica da sociedade também ingressa neste debate a respeito da necessidade de uma nova categoria centrada no conceito de reconhecimento. Ele trata deste tema com base no seu paradigma discursivo do direito tal como desenvolvido em *Facticidade e Validade* e num capítulo da obra *A inclusão do outro*. Estudos de teoria política se dedica a relação entre Estado de direito e as demandas por reconhecimento. Habermas reconhece a legitimidade das exigências dos grupos minoritários da sociedade, embora se mostra cético em relação à necessidade de criação de uma nova categoria de direitos, além das categorias de direitos individuais tal como reconstruídos no terceiro capítulo de *Facticidade e Validade*, para atender as demandas culturais. Habermas acredita que os direitos individuais tradicionais, desde que devidamente interpretados, podem dar conta das demandas por reconhecimento. A maneira como o modelo discursivo pode lidar com as questões de reconhecimento é ilustrada pelo próprio Habermas noutro capítulo de *Facticidade e Validade*, no qual ele trata dos diferentes paradigmas jurídicos (liberal, bem-estar social e procedimental) e das demandas femininas por igualdade de direito. Um atendimento mais adequado exige um diálogo mais inclusivo, exige que os afetados pelas normas ou direitos controversos possam participar ativamente como intérpretes de seus interesses na esfera pública da sociedade. Além disso, a solução advogada por Taylor parece gerar problemas adicionais de difícil solução, a

saber, como lidar com as situações em que surgem conflitos entre direitos individuais e os direitos coletivos num ordenamento jurídico democrático.

Charles Feldhaus

## SUMÁRIO

<b>A TEORIA DISCURSIVA DO DIREITO EM HABERMAS E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS SOCIAIS BRASILEIROS DILAPIDADOS .....</b>	<b>9</b>
Fernando Amaral	
<b>MEAD, HABERMAS E A EDUCAÇÃO: Pressupostos para o “repensar” pedagógico, voltado ao reconhecimento do afro-brasileiro .....</b>	<b>45</b>
Maribel da Rosa Andrade	
<b>O ENGAJAMENTO POLÍTICO DE JÜRGEN HABERMAS: Entre os pequenos escritos políticos V e o discurso filosófico da modernidade .....</b>	<b>57</b>
Lucas Alves Araújo	
<b>RACIONALIDADE JURÍDICA ENTRE DIREITO E MORAL EM JÜRGEN HABERMAS ..</b>	<b>73</b>
André Guimarães Borges Brandão	
<b>HERDEIRA DA NÃO-ALTERIDADE? Ética do discurso entre ética kantiana e desafio do outro concreto .....</b>	<b>97</b>
André Luiz Souza Coelho; Vitória Sinimbu de Toledo	
<b>O QUARTO CONCEITO DE DEMOCRACIA RADICAL DE AXEL HONNETH .....</b>	<b>119</b>
Charles Feldhaus	
<b>AUTONOMIA, ESCLARECIMENTO E LINGUAGEM: Pressupostos filosóficos para a <i>práxis</i> docente em Kant e Habermas.....</b>	<b>128</b>
Júnior Helionilto Gomes Júnior	
<b>AGIR COMUNICATIVO, COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E AÇÕES DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>144</b>
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Helen Fischer Gunther; Mariangela Maia	
<b>O CONCEITO DA ESFERA PÚBLICA DE HABERMAS EM UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E O DIREITO À CIDADE.....</b>	<b>159</b>
Eugênia Vitória Câmara Loureiro	
<b>SOCIEDADE DE CONTROLE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: Anotações sobre algoritmos.....</b>	<b>180</b>
Jacson da Silva Medeiros; Verônica Barboza Scartassini	
<b>GRAMÁTICAS E ESPAÇOS DE RECONHECIMENTO NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO: o sistema socioeducativo alagoano.....</b>	<b>195</b>
Anderson Alencar de Menezes	
<b>A INEFICÁCIA DO POSITIVISMO JURÍDICO NA REDUÇÃO DOS LITÍGIOS SOCIAIS EM FACE DA AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO .....</b>	<b>208</b>
Anderson de Alencar Menezes; Gustavo de Melo Silva	

<b>EL PAPEL SOCIAL DEL INTELLECTUAL ANTE EL <i>OVERLAPPING MALICIOUS</i>: El homenaje a Habermas como un intelectual que marcó época.....</b>	<b>217</b>
<b>Jovino Pizzi; Ricardo Salas Astrain</b>	
<b>FATOS, INFORMAÇÃO E MÍDIA: Apontamentos de uma sociedadeem desenvolvimento ....</b>	<b>228</b>
<b>Paola de Andrade Porto; Ozéas Correa Lopes Filho; Gilvan Luiz Hansen</b>	
<b>UMA DEMONOLOGIA PRA NIKLAS LUHMANN .....</b>	<b>246</b>
<b>Guilherme Preger</b>	
<b>ESFERA PÚBLICA E AÇÃO COMUNICATIVA: Contribuições habermasianas ao paradigma social em ciência da informação.....</b>	<b>266</b>
<b>Gerson Moreira Ramos Júnior; Meri Nadia Marques Gerlin</b>	
<b>UMA ABORDAGEM SOBRE A PRESENÇA E O DESEJO NO INSTAGRAM .....</b>	<b>278</b>
<b>Verônica Barbosa Scartassini; Jackson da Silva Medeiros</b>	
<b>RECONHECIMENTO E DEMOCRACIA: REFLEXÕES EM AXEL HONNETH .....</b>	<b>292</b>
<b>Josilene Schimiti; Matheus Garcia de Moura</b>	
<b>O RECONHECIMENTO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: Invisíveis no estado de direito .....</b>	<b>308</b>
<b>Antônio Tancredo Pinheiro da Silva; Andreson de Alencar Menezes</b>	
<b>RECONHECIMENTO DO OUTRO COMO IGUAL EM UMA CULTURA DE CONSUMO</b>	<b>318</b>
<b>Cândido Francisco Duarte dos Santos e Silva</b>	
<b>FILOFIA E EDUCAÇÃO: Como ser reconhecido no mundo da vida: uma análise do sistema socioeducativo alagoano na ótica habermasiana dos direitos fundamentais .....</b>	<b>330</b>
<b>Vitor Gomes da Silva; Anderson de Alencar Menezes</b>	

**SOCIEDADE DE CONTROLE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE:****Anotações sobre algoritmos<sup>1</sup>**

**Jackson da Silva Medeiros**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Doutor em Comunicação e Informação.  
medeiros@ufrgs.br.*

**Verônica Barboza Scartassini**

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
veronica.scartassini@gmail.com.*

---

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é, de maneira geral, investigar, teoricamente, a produção de subjetividade no que, entendemos, constitui o sujeito digital. De modo específico, tomando por base que os processos de construção de subjetividades se estabelecem a partir e pelas relações de poder que se dão no âmbito da linguagem, do neoliberalismo e da tecnologia, buscamos compreender o que constitui um modelo discursivo que compõe o regime de informação atual e que reverbera na sociedade como um todo, alicerçando-nos nas ideias trabalhadas por Gilles Deleuze, sobre sociedade de controle, e Félix Guattari, sobre produção de subjetividade. Vislumbramos, assim, levantar uma discussão sobre a penetração das plataformas digitais de comunicação da informação, as quais se fundamentam através de coleta, armazenamento e tratamento de grandes quantidades de dados (big data), utilizando-se de algoritmos para instaurar discursos culturais e fabricar sujeitos digitais, em uma perspectiva que prega certo tipo de salvação pela tecnologia..

**Palavras-chave:** Subjetividade digital. Sociedade de controle. Gilles Deleuze. Félix Guattari. Algoritmos.

---

**INTRODUÇÃO**

Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Judith Butler, entre outros, dizem que os corpos são configurados em práticas. Longe de qualquer objeção a isso, – pelo contrário, concordando com os autores – este trabalho se coloca em uma investigação sobre as modulações de experiência

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Também conta com fomento do CNPq no projeto de pesquisa Investigação sobre a crise no acesso à informação científica: bases teóricas, conceituais e metodológicas para pressupostos ético-informacionais (Processo 431367/2016-7) na concessão de bolsa de mestrado.

na produção de subjetividades. Em tempos atuais, estas experiências se dão cada vez mais em ambientes digitais, afetadas por controle de algoritmos que, de maneira geral, situam-se em dispositivos digitais de comunicação.

A questão é que, nas últimas décadas, há uma modulação que é produzida pela globalização, alavancada por uma penetração incessante do neoliberalismo e das tecnologias de comunicação, materializada em dispositivos eletrônicos e plataformas digitais de comunicação, colocando um horizonte que tende ao infinito nas mudanças culturais, éticas, estéticas, políticas etc.

Esses estudos, principalmente os ligados aos usos e efeitos de algoritmos, têm recebido recente visibilidade, buscando-se, por exemplo, estudar “novas identidades algorítmicas” (CHENEY-LIPPOLD, 2011), com atenção nas possibilidades de coleta e definição de características pessoais e sociais, classificando e hierarquizando, construindo e definindo, inclusive, cultura (STRIPHAS, 2015). Assim, em nossa concepção, é impossível não relacionar esses aspectos na formação do sujeito que designamos digital.

Tomando por base que os processos de construção de subjetividades são produzidos de maneiras individuais, coletivas e institucionais, estabelecendo-se a partir e pelas relações de poder que se dão no âmbito da linguagem, do neoliberalismo e da tecnologia, entendemos que é o poder na relação que gera efeitos nas disposições estratégicas, sendo estas externas e internas. Buscamos dar início a uma compreensão sobre um modo/modelo discursivo que compõe o regime de informação atual e que reverbera na sociedade como um todo.

Para tal, alicerçamo-nos nas ideias de Gilles Deleuze, sobre sociedade de controle, e de Félix Guattari, sobre produção de subjetividade, discutindo, neste trabalho, a penetração das plataformas digitais de comunicação, as quais “operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes” (GUATTARI, 1992, p. 14), fundamentando-se através de coleta, armazenamento e tratamento de grandes quantidades de dados (big data), utilizando-se de algoritmos.

O que queremos compreender, basicamente, faz-nos ecoar a ideia de que

a história do poder dos dados remonta a um momento político explosivo em que os dados começaram a explicitamente definir nossa subjetividade em formas cotidianas [...] que determinam nossos destinos e uma vasta gama de

relatórios financeiros que podem ser vistos culminando em pontuações de crédito contemporâneas. (KOOPMAN, 2018, p. 105).

Declaramos que nossa proposta, assim sendo, constitui-se em compreender efeitos que a coleta e a manipulação de dados é capaz de gerar, passando, por exemplo, pela classificação de informações e sujeitos. Os impactos disso na sociedade, incluindo modos como a democracia é atingida, são programas que podem ser abarcados por essa perspectiva, pensando em um projeto de certa “emancipação informacional”.

Como se trata aqui de um trabalho teórico e conceitual, baseamo-nos em textos que pudessem nos fornecer uma delimitação do tema, atingindo uma leitura interpretativa e crítica; isso, por vezes, traz algumas percepções de desafio e atrevimento, mas que precisamos encarar neste momento como forma de conduzir o trabalho.

## **1. PLATAFORMAS ALGORÍTMICAS DE COMUNICAÇÃO:**

### **Controle e subjetividade**

Dizer que estamos em crise talvez tenha virado lugar-comum, mas, bem, estamos em crise. Queremos nos ater, pelo menos um pouco, à crise promovida por plataformas digitais de comunicação que nos (des) orientam, alteram nossas percepções, sensações, pensamentos, enfim, moldam nossas experiências, constituem-nos como sujeitos. Chamamos a atenção, em especial, àquilo que muitos autores já colocaram sobre as relações de poder e como elas se espriam a partir dos dispositivos tecnológicos de comunicação e nos guiam em um controle escondido, submerso, que, por característica, só faz existir e reforçar as relações de poder.

Para isso é essencial, como aponta Savat (2013), não pensar a tecnologia como uma espécie de força autônoma, (de) fora do ser humano, mas, sim, constituída a partir do ser humano e mantendo papel essencial em sua formação. Isto é, a tecnologia se constitui como expressão no e do ser humano, aliando-se de maneira irrefutável ao fato social, ao acontecimento político, ético, estético, econômico...

Isso, consonante com Rüdiger (2011, p. 77), assume que a expressão “tecnologia” atua como arcabouço discursivo, em uma tentativa moderna de defini-la como ciência da técnica. Isso seria infundado porque, na concepção do autor, “a técnica é uma abstração, uma ideia: só existem técnicas, no plural”. Seguindo: se a técnica é assumida inicialmente como o

desenvolvimento de uma habilidade humana, há uma conversão (discursiva) para a expressão tecnologia como produtora de saberes que são utilizados para gerar “efeitos previamente calculados, à revelia das diferenças de talento e inclinação dos seres humanos” (RÜDIGER, 2011, p. 78).

Pensar a tecnologia como neutra, nem boa nem má, postula-a de maneira irrefletida. É preciso posicioná-la de maneira crítica, uma vez que “apenas ignorada em sua propriedade, como saber, e vista de forma descarnada, sem relação com um contexto histórico e humano concreto, é que ela pode ser reduzida ao utensílio e definida de forma vazia e abstrata” (RÜDIGER, 2011, p. 63).

a técnica é, antes de tudo, uma forma de saber que, como tal, existe sempre encarnada e, por isso, não pode ser separada de seu uso concreto, mesmo no momento de sua origem, visto que esta origem, segundo a tradição, é sempre o homem em condições históricas e sociais determinadas. O corpo é originariamente um artefato técnico, falando em termos científico-sociológicos. O primeiro objeto técnico aparecido no mundo é, neste marco, o corpo, senão o próprio modo de ser humano, ainda que não totalmente. A matéria da qual se constitui o humano está, desde o princípio, sujeita a operações técnicas, que se manifestam na forma como nosso corpo se posiciona no ambiente, caminha, senta-se, gira a cabeça, articula a palavra, manipula o que está ao seu alcance etc. (RÜDIGER, 2011, p. 64).

Pensamos nesse sentido com Deleuze, para quem

as máquinas são sociais antes de serem técnicas. Ou melhor, há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material. Os efeitos desta atingem, é certo, todo campo social; mas, para que ela mesma seja possível, é preciso que os instrumentos, é preciso que as máquinas materiais tenham sido primeiramente selecionadas por um diagrama, assumidas por agenciamentos. [...] A tecnologia é então social antes de ser técnica. (DELEUZE, 1998, p. 49).

A questão é que as plataformas digitais de comunicação se colocam como anteparo a um discurso onde a tecnologia atua como responsável pela melhora das condições de vida das pessoas, como uma entidade quase divina que permite a comunicação contínua, ubíqua, facilitando a conexão em escalas que geram pouca preocupação. Apenas devemos nos comunicar, sem, muitas vezes, pensarmos nos interesses mercantis e que atuam na geopolítica,

na economia, no consumismo e na apropriação de informações que regulam situações e disposições.

Ou seja, compreendemos que essas plataformas, no âmbito do neoliberalismo, baseiam-se na riqueza de informações dos usuários. Estas, após coletadas, permitem categorizar comportamentos – sociais, de consumo, de participação política, entre outros. Uma espécie de transição do cidadão para o sujeito-consumidor. Isso se agrava a partir do momento em que, como alerta Gillespie (2018), os usuários, em geral, não conhecem os sistemas que utilizam, mas assimilam um tipo de confiança baseada em uma crença sobre a neutralidade dos dispositivos.

Isso se reflete na capacidade que o poder tem de se espriar, esconder-se para que sua eficácia seja maior. Quando mais invisível for sua atuação, maior é sua penetrabilidade para o controle. Para as plataformas digitais, os algoritmos desempenham essa função, em uma agregação de crença na neutralidade e seu encerramento em caixas-pretas indecifráveis para a maioria das pessoas.

Em sua estrutura, os algoritmos são instruções lógicas encadeadas que apresentam decisões sobre como algo pode ou deve ocorrer dentro de um sistema. São também constituídos por componentes de controle, estes determinantes para as estratégias de resolução de problemas (KOWALSKI, 1979).

no sentido mais amplo, eles são procedimentos codificados para transformar dados de entrada em uma saída desejada, com base em cálculos especificados. Os procedimentos nomeiam um problema e as etapas pelas quais ele deve ser resolvido. Instruções para a navegação podem ser consideradas um algoritmo, ou as fórmulas matemáticas necessárias para prever o movimento de um corpo celeste no céu. [...] Podemos pensar em computadores, então, fundamentalmente, como máquinas de algoritmos – projetadas para armazenar e ler dados, aplicar procedimentos matemáticos a eles de maneira controlada e oferecer novas informações como saída. (GILLESPIE, 2014, p. 167).

Esse controle através de algoritmos rompe a noção de autonomia dos usuários propalada pelas plataformas digitais. Falácia, diríamos. A potência de propagar um discurso se coloca abaixo dos filtros produzidos pelos algoritmos, onde “as condições comunicacionais [...] seriam habitualmente subordinadas à preocupação com a conectividade mediática e tecnológica – idealmente ilimitadas e concretamente regidas pelos mecanismos de mercado” (GONZÁLEZ

DE GÓMEZ, 2003, p. 74). Deleuze (1988, p. 120) já propôs tal questão, mas colocada de outra forma: “toda experiência está presa em relações de poder”.

Ao compreendermos uma sociedade baseada em informação como uma sociedade digital de controle, podemos pensar não apenas em liberdade e em controle por si só, mas também nos seus efeitos na forma em que isso se coloca como princípio ativo da sua própria constituição. Ou seja, esses elementos não se chocam, mas, pelo contrário, nutrem-se através de discursos culturais que, instituídos, constroem o sujeito digital.

Essa constituição – de sociedade e de sujeitos controlados – é uma edificação que não para; trava batalhas, muitas vezes perversas, para determinar fronteiras, bordas, bem como seus dispositivos, isto é, um processo de subjetivação constante que se constitui na medida em que há interação com o mundo, partindo do mundo e alcançando o mundo, em agenciamentos contínuos. Os movimentos são difusos, nunca retilíneos, criando sistemas de modulação com controle permanente da formação (DELEUZE, 2013) e, por consequência, na permanência do controle. Isso compreende a criação de espaços de navegação livre, de fronteiras borradas, em uma falsa sensação de liberdade e exploração, onde o “navegar” já é virtualmente delimitado.

Estamos diante de uma produção de subjetividades baseada no (neo)liberalismo que atua diretamente no ser humano, no seu corpo e na sua mente, lançando luzes sobre a psique e sua construção social, constituindo todo corpo discursivo. Na questão da modulação, Silveira esclarece que esses processos

não são meramente de distribuição de publicidade, eles implicam a construção de situações sociais, de interações específicas, criando ambientes completamente distintos daqueles em que a propaganda é realizada nos intervalos dos espetáculos ou eventos esportivos televisionados. As tecnologias de modulação permitem agir de modo eficaz sobre nossa atenção por serem quase sempre baseadas em nossa subjetividade revelada e em nosso potencial afetivo. (SILVEIRA, 2017, p. 57).

Foucault (2010) já havia trabalhado – não sob essa terminologia – a noção de que o liberalismo atua em uma espécie de modulação, atuando em crises contínuas de construção de si, visto que um sujeito que desfruta da sua liberdade, age na reivindicação da liberdade. A liberdade se dá controlada, sendo construída a cada instante, onde o liberalismo a produz para o sujeito e no sujeito. Isso se coloca em dispositivos, neste caso informacionais, os quais mantêm “o sentido desperto [... sobre] a seleção, o agrupamento e a disseminação de potenciais

conjuntos informacionais capazes de estatuir latentes ações de informação tomadas como verdadeiras” (MEDEIROS, 2017, p. 167).

Nessa espécie de condição dispositiva em uma sociedade de controle, o “código como arquitetura funciona para estruturar fronteiras, assim como regular fluxos, do tráfego da internet” (CHENEY-LIPPOLD, 2011, p. 166). Ou seja, é “um sistema de geometria variável [...] uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”, como afirma Deleuze (2013, p. 225). Com formas que se deformam a partir de espaços virtualizados, as sociedades de controle permitem que os sujeitos transitem e, assim, possibilitam “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares” (DELEUZE, 2013, p. 223).

Para Castro (2018), isso aparece nas redes sociais com características do que se poderia chamar de “governança algorítmica”, permitindo que o sujeito seja fragmentado e recombinação, orientando suas relações, potencializando semelhanças de identidade, pensamentos, modos de ver e ser visto, bem como refratando experiências diferentes das suas. Concordamos com o autor em relação à primazia do meio – redes sociais – mas estendemos nosso entendimento para a internet e seus dispositivos informacionais como grandes sistemas de coleta, armazenamento e manipulação.

A questão que isso envolve é um tipo de desordenamento controlado das informações existentes na sociedade, afetando perspectivas de mundo, embaralhando as percepções éticas, políticas, estéticas, econômicas etc., constituindo uma forma de organizar a fabricação de corpos e mentes nesse tipo de sociedade. Ora, o corpo, a mente, o objeto técnico, como é para Guattari (2012, p. 46), não é nada fora do conjunto a que pertence; se há desordem, o sujeito a isso responde.

O corpo, dessa forma

é inserido em múltiplos espaços e tempos que são sempre dados socialmente (embora também mutáveis e polivalentes), posicionados em relação a objetos materiais, máquinas, outros seres humanos, animais e plantas, representados em artefatos culturais de vários tipos, territorializado pelo desejo, despertado e reprimido em diferentes pontos e de diferentes maneiras. (POSTER, 2006, p. 161).

Para falar de subjetividade, ou melhor, de produção de subjetividade, por Guattari, situamos, neste autor, uma noção inicial de como entendemos a subjetividade em sua construção, isto é, colocada a partir de instâncias individuais, coletivas e institucionais. Não é um tipo de hierarquização automática, mas, sim, efeitos de realocações plurais que não são previamente dominantes ou dominadas.

Precisamos, para tal, buscar uma ideia de produção de subjetividade sem filiação a uma disciplina ou campo específico, uma vez que os campos, por si só, parecem não “dar conta de uma tal mistura de apego arcaizante às tradições culturais e entretanto de aspiração à modernidade tecnológica e científica, mistura que caracteriza o coquetel subjetivo contemporâneo” (GUATTARI, 2012, p. 14).

Deleuze se posiciona sobre isso:

a luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação. (DELEUZE, 1988, p. 113).

Ao tentarmos buscar aqui uma noção de produção de subjetividade que se coloque dando conta das situações de emergências sociais e discursivas, podemos nos associar a Guattari (2012, p. 19) que, de maneira geral, a descreve como “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”. Isso se coloca, para o autor (GUATTARI; ROLNIK, 2005), pela consideração de que a subjetividade não pode ser considerada totalizante ou exclusivamente centralizada no indivíduo, isto é, não está fixa no indivíduo como algo imanente a ele, mas se origina de uma produção que não cessa, constante a partir das relações que se estabelece com outras entidades (humanas ou não-humanas).

Nisso há uma dupla constituição, visto que o sujeito se coloca como culturalmente constituído; por ser culturalmente constituído, não apenas absorve impressões, valores, mas, fabrica-se, completa-se, constituiu-se por múltiplos componentes heterogêneos que se acoplam. Torna-se sempre uma entidade provisória, visto que as trocas, os agenciamentos estão em circulação, tanto os emitindo quanto os acolhendo (MANSANO, 2009).

Os elementos constitutivos da subjetividade, conforme Guattari,

implicam, então, conjuntamente, instâncias humanas inter-subjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias

concernentes à etologia, interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que recorrem ao trabalho com computador, Universos de referência incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas... Essa parte não-humana pré-pessoal da subjetividade é essencial, já que é a partir dela que pode se desenvolver sua heterogênese. [...] A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘matemas do Inconsciente’, mas também das grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas como humanas. (GUATTARI, 1992, p. 20).

Nessa formação plural, devemos compreender que as relações de poder que cruzam corpos e mentes e são capazes de construir os sujeitos são, como aborda Foucault (2014, p. 39), “o solo móvel e concreto sobre o qual ele vêm ancorar-se as condições de possibilidade para que ele possa funcionar”. Ou seja, devemos pensar no sujeito como um processo de subjetivação.

É importante lembrar, ou explicitar, que falamos envoltos em um sistema capitalístico de produção de subjetividades, isto é, industrial, em escala internacional (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Há de se pensar que a própria criação de subjetividades dada pelas condições políticas que circulam no mundo, a pensar no capitalismo/neoliberalismo, como apontam os autores (2005, p. 34), criam uma “espécie de vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção”.

Melhor aportando em Guattari e Rolnik:

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade ou de identificações com polos maternos e paternos. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 35).

Assim, “a economia neoliberal é”, como lembra Lazzarato (2014, p. 31), “uma economia subjetiva [o que] não significa que ela promete uma nova ‘humanização’ do sujeito alienado pelo capitalismo industrial, mas apenas que a subjetividade existe para a máquina e

que os componentes subjetivos são funções da servidão”. Por esse olhar, as relações de poder “decorrem da organização dos maquinismos”.

Podemos chegar a dizer, então, que os processos de produção se autorregulam pelo consumo; o consumo, claro, é dado pela produção; processos nunca independentes. Dessa forma podemos ver que a produção é o próprio consumo; este, por sua vez, gera a produção e, mais, gera reprodução. Tudo é um processo único, onde a indústria não está no “fora”, mas faz parte da identidade do homem (DELEUZE; GUATTARI, 2011), sendo construtora da subjetividade.

Pensamos então que essa subjetividade é composta de desejos, “acoplamento [s] de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentados e fragmentários” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 16), os quais se constituem da experiência que lhes é vivenciada. Ou seja, “olhando bem, isso é tão-só uma outra maneira de dizer: o sujeito se constitui no dado” (DELEUZE, 2001, p. 118), o que inexoravelmente o coloca como produtor e produto de dados que podem ser reunidos, categorizados e manipulados.

Em uma abordagem biopolítica, Claire Blencowe (2012, p. 19) diz que a experiência é “aquilo que confere significado, ou concede acesso à significação, ao mundo. [...] está associada à profundidade, dimensionalidade e complexidade de compreensão”. Nesse sentido, a própria complexidade do mundo se coloca como um fundo à construção do sujeito, atuando como um repositório discursivo cultural, agindo como um dispositivo de enunciações éticas, estéticas, políticas, sociais, econômicas, enfim, culturais que se arranjam micropoliticamente (MEDEIROS, 2019).

As relações micropolíticas mantêm, com seu carregamento fundado na subjetividade exposta por dispositivos de experiência, linguagem própria a partir de manifestações que não se circunscrevem a um campo, área ou disciplina, mas, pelo contrário, são absorvidas, reagrupadas, refundadas, esculpidas para criar (con) formações próprias, fundando-se prática e teoricamente: a primeira ligada à ação, a outra ligada às questões teóricas, conceituais, metodológicas. Ambas se colocam, tradicionalmente, sob o arcabouço discurso. (MEDEIROS, 2019, p. 34).

Esse sujeito não pronto, sempre em constante luta com o externo que lhe é disposto, dá-se pela diferença daquilo que ele é, daquilo que possui; é uma construção de desejos; uma produção de consumos que regula a produção. O sujeito aparece, nesse sentido, como efeito da

produção e, por consequência, do consumo, do dado, da experiência, em um projeto cultural, social, político, enfim, discursivo.

Nos dias atuais, é um sujeito digital, fundado em um discurso que se alicerça no neoliberalismo e na tecnologia, criado com base na mediação das plataformas, que instauram um modo de pensar e servir baseado em desejos, gostos, preferências atreladas por cálculos do consumo que geram a produção e se autorregulam. Entendemos que se a subjetivação é um processo, interessa-nos compreender os efeitos causados pelas proposições dos dispositivos, o que permitiria compreender o sujeito na sua fabricação.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS EM ABERTO**

A produção de subjetividades, se pudermos posicionar em um modelo esquemático simplista, relaciona o sujeito aos seus aspectos individuais, coletivos e institucionais a partir da mediação de dispositivos que o mundo lhe dispõe. Assim podemos falar de um sujeito econômico, sujeito ético, sujeito de verdade, entre tantos outros, que, atualmente, não escapam ao sujeito digital; este é, não em sentido hierarquizado, uma sustentação de todos os outros pela capacidade de interação tecnológica de comunicação. Parece-nos que, como situam Deleuze e Guattari (2011, p. 14), essa produção de subjetividades pode ser fomentada a partir da “falsa consciência que o ser capitalista tem necessariamente de si e dos elementos cristalizados do conjunto de um processo”.

Para trabalhar apenas como um exemplo, um professor, ao lecionar, não é unicamente professor. O ser professor, a atividade de professor o constituiu enquanto professor; o produz sujeito de uma série de instituições, de agenciamentos multilaterais. A formação da instituição é também dada por ele; ele é formado pelo que é instituído também por ele mesmo. Seus dados produzem dados que o produzem, em um ciclo informativo constante.

De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomalógicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões. (GUATTARI, 1992, p. 21-22).

A subjetividade, ou melhor, seu processo, sua construção, fabricação, modelagem, enfim, a produção de subjetividades, apontamos, pode ser compreendida, como buscamos demonstrar, como algo sempre provisório, fragmentado e/ou, ainda, em constante construção, baseada em experiências que lhe são ofertadas e dispostas em uma sociedade de controle. Esta se encarrega desses processos, alicerçada em sistemáticas de modulações.

Esse controle, utilizando a abordagem deleuziana, não está sob ou sobre a subjetividade, nem age como uma espécie de institucionalização da subjetividade ou vice-versa; isso pode ser visto por como Guattari e Rolnik se colocam em relação controle como poder. Dizem os autores:

Aquilo que chamei de produção de subjetividade do CMI [Controle Mundial Integrado] não consiste unicamente numa produção de poder para controlar as relações sociais e as relações de produção. A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 36).

Ou seja, a modelização e instauração de subjetividades é necessária para o agir do controle, conferindo à subjetividade sua característica de permitir o espaço do controle. A questão é que esses discursos culturais cada vez mais instauram um tipo de regulação, de controle dos corpos, das mentes, das ações, da sociedade, o que parece ser um desejo de empresas de tecnologia que se situam em processo de coleta, armazenamento e tratamento de dados, além de um desejo dos Estados.

Nessa tendência, “o ‘eu’ não designa um universal, mas um conjunto de posições singulares” (DELEUZE, 1988, p. 122) que são juntadas a partir da coleta de rastros digitais, onde o sujeito fragmentado é reconstituído por modernos processos de *machine learning* que estabelecem relações possíveis e possibilitadas. O indivíduo não é mais cooptado, mas o sujeito é coletado e construído.

As experiências, em sociedades onde o desempenho<sup>2</sup> atua como forma de controle, não são acontecimentos que libertam o sujeito, que constituem apenas sua formação política e ética, mas, sim, algo mais amplo que age nas relações micropolíticas, isto é, são experiências de produção e de consumo; enfim, produção e reprodução, que intencionalmente se colocam com

---

<sup>2</sup> As sociedades de desempenho são mais bem trabalhadas por Byung-Chul Han. Com bases neste autor, também já escrevemos sobre isso (MEDEIROS, 2018).

sutilezas na construção das tecnologias, das linguagens e do neoliberalismo. Enquanto discutimos as relações entre sociedade de controle e produção de subjetividades, a sociedade baseada em tecnologias de comunicação encontrou, em seu conjunto neoliberal, uma solução que nos congrega, agrega e dissolve em dados: os algoritmos.

Parece-nos que a utilização maciça de plataformas de comunicação da informação, desenvolvidas com base em algoritmos poderosos e processamento cada vez maior e mais rápido de dados, alia-se a um discurso neoliberal e à possibilidade de análises estatísticas de probabilidade. É um momento que abre conjunturas investigativas das condições políticas, sociais, culturais, éticas, estéticas etc. do que se entende como digital que, parece-nos, estar ditando o social.

Os dispositivos computacionais/informacionais/comunicacionais, principalmente as plataformas de comunicação digital, colocam, ou melhor, promovem, uma positividade ligada à contínua comunicação, ao envidar a participação do capital humano na produtividade, fazendo com que esta seja uma expressão em todos âmbitos da vida social, seja profissional, seja pessoal, seja familiar. Escrutinar esses efeitos e sermos capazes de entender a nossa sociedade de controle e outras é a missão a ser empreendida.

## REFERÊNCIAS

BLENCOWE, C. **Biopolitical experience: Foucault, Power and Positive Critique**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2012.

CASTRO, J. C. L. Redes sociais como modelo de governança algorítmica. **MATRIZES**, v. 12, n. 2, p. 165-191, maio/ago. 2018.

CHENEY-LIPPOLD, J. A New Algorithmic Identity: Soft Biopolitics and the Modulation of Control. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p. 164-181, 2011.

DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 2001.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo. Ed. 34, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. As máquinas desejantes. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

FOUCAULT, M. As relações de poder passam para o interior dos corpos. In.: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos IX: genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

GILBERT, J.; GOFFEY, A. Control societies: notes for an introduction. **new formations: a journal of culture/theory/politics**, v. 84-85, p. 5-19, 2015.

GILLESPIE, T. Platforms are not intermediaries. **2 GEO. L. TECH. REV.**, v. 198, 2018.

GILLESPIE, T. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (Ed.). **Media Technologies: Essays on Communication, Materiality, and Society**. Cambridge: The MIT Press, 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GILBERT, J.; GOFFEY, A. Control societies: notes for an introduction. **new formations: a journal of culture/theory/politics**, v. 84-85, p. 5-19, 2015.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOWALSKI, R. Algorithm = logic + control. **Communications of the ACM**, v. 22, n. 7, p. 424-436, 1979.

LAZZARATO, M. **Signos, Máquinas, Subjetividades**. São Paulo: SESC; n-1 edições, 2014.

LESSIG, L. **Code version 2.0**. New York: Basic Books, 2006.

MEDEIROS, J. S. Compreensões sobre o dispositivo: da informação à via para profanação. **Informação & Informação**, v. 22, n. 3, p. 158-177, set./out. 2017.

MEDEIROS, J. S. Hiper-fluxo informacional: esgotamentos da sociedade da informação. In: XIV COLÓQUIO HABERMAS E V COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2018

MEDEIROS, J. S. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. v. 13, n. 2, p. 26-35, 2019.

POSTER, M. **Information please: culture and politics in the age of digital machines**. Durham: Duke University Press, 2006.

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVAT, D. **Uncoding the digital**: technology, subjectivity and action in the control society. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

SILVEIRA, S. A. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições SEC, 2017.

STRIPHAS, T. Algorithmic culture. **European Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 4-5, p. 395-412, 2015.